

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL

Programa 2017 - AVIAÇÃO CIVIL

Até novembro de 2012, o setor de aviação civil apresentou crescimento na quantidade de passageiros transportados de 7,41% em relação ao mesmo período do ano anterior. Desde 2007, o crescimento médio anual foi de quase 12%, o que torna evidente a necessidade de atuação governamental tanto para expandir a infraestrutura aeroportuária quanto para torná-la mais eficiente e adequada para atender à demanda por serviços aéreos.

Dentro das atividades de análise e melhoria do desempenho na gestão aeroportuária, em 2012, a SAC/PR realizou o processo licitatório para executar coleta de dados de desempenho aeroportuário de forma presencial, sendo avaliados indicadores qualitativos e quantitativos que permitirão a comparação entre os aeroportos brasileiros, assim como entre esses e os internacionais. Poder-se-ão estabelecer, assim, metas para órgãos públicos e coordenação de esforços para o desenvolvimento e gestão da infraestrutura aeroportuária.

Além disso, a Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias (Conaero) coordenou com êxito o planejamento das ações do setor de aviação civil para a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20, de 13 a 22 de junho de 2012, no Rio de Janeiro. Esse processo resultou na elaboração do Manual do Acordo Operacional "Planejamento para a Rio+20 Setor de Aviação Civil". Durante o evento foram tratadas 173 delegações, recepcionados 111 Chefes de Estado e 74 aeronaves extras. As ações permitiram o tratamento das autoridades em um tempo médio de 10 minutos. Destaca-se, ainda, o Projeto Eficiência Operacional Passageiros, que focalizou melhorias rápidas de gestão que no Aeroporto do Galeão refletiu uma redução de 37,9% no tempo médio de processamento dos passageiros; e em Confins a redução de 47,1% nesse índice. Nos aeroportos de Fortaleza, Congonhas e Santos Dumont, iniciaram-se os trabalhos de diagnóstico.

Acompanharam-se, ainda, as ações desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho para a implantação de equipamentos de ILS CAT III A e ILS CAT I, que possibilitam pousos de precisão nos aeroportos de Guarulhos, Galeão e Curitiba, Joinville e Londrina em condições meteorológicas limitadas.

Concluíram-se a 1ª e a 2ª fases do programa governamental para apoiar a formação e a capacitação de profissionais para a aviação civil, visando garantir o crescimento sustentável e a segurança das operações aéreas no País. Foi desenvolvida metodologia em conformidade com as recomendações da OACI, a ser adotada para o estabelecimento, em coordenação com o Departamento de Controle do Espaço Aéreo do Comando da Aeronáutica (DECEA), do Plano Nacional para o Desenvolvimento da Infraestrutura Aeronáutica (PNDIA), que considera a Política Nacional de Aviação Civil (PNAC). Com o objetivo de estimular a concorrência e o crescimento do mercado, e fomentar os investimentos em infraestrutura e a competitividade da indústria nacional, a União concluiu o processo de concessão dos aeroportos internacionais de Brasília-DF, Guarulhos-SP e Campinas-SP.

O leilão foi realizado em 6 de fevereiro de 2012 pela ANAC e operacionalizado pela BM&F/BOVESPA. O Aeroporto de Brasília obteve oferta de R\$ 4,51 bilhões do consórcio Inframérica. Para o Aeroporto de Guarulhos, o Consórcio Invepar/ACSA ofereceu proposta de R\$ 16,21 bilhões. O Consórcio Aeroportos Brasil venceu a disputa pelo Aeroporto de Viracopos, com oferta de R\$ 3,82 bilhões. Os recursos arrecadados com o leilão somam quase cinco vezes o valor mínimo estabelecido pelo Governo, e serão recolhidos para o Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC).

De agosto a novembro ocorreu o estágio de operação assistida e ainda no segundo semestre de 2012 tiveram início as obras exigidas dos novos concessionários, os quais assumiram a operação nos dias 15 de novembro (Viracopos e Guarulhos) e 1º de dezembro (Brasília).

Destaque-se a elaboração de metodologia de seleção de aeródromos regionais que deverão receber investimentos em infraestrutura. Foram selecionados 270 aeroportos que receberão cerca de R\$ 7,3 bilhões ao longo dos próximos anos, em um modelo que envolverá a parceria com estados, municípios e iniciativa privada para gestão de aeroportos. Inicialmente, preveem-se investimentos em 67 aeroportos no Norte; 65 no Sudeste; 64 no Nordeste; 43 no Sul; e 31 no Centro-Oeste.

Além das medidas já citadas, que terão impacto ao prover melhor infraestrutura em aeroportos regionais, contempla-se a elaboração de um programa de subsídios com vistas a estimular novas rotas regionais, bem como proposta de isenção de tarifas de aeroportos do interior com movimentação inferior a um milhão de passageiros ao ano, reembolsadas por meio do FNAC.

No que diz respeito à autorização para aeroportos dedicados à aviação geral, propôs-se a regulamentação da delegação para a exploração de aeródromos civis públicos que visem à aviação geral por meio de autorização. Conseqüentemente, houve a publicação do Decreto nº 7.871, de 21 de dezembro de 2012, que definiu o escopo do modelo, consolidado na possibilidade de delegação de aeródromos civis públicos voltados exclusivamente ao processamento de operações de serviços aéreos privados, de serviços aéreos especializados e de táxi-aéreo, conforme definições da Lei nº 7.565, de 1986.

Entre agosto e dezembro de 2012, foram celebrados 50 novos convênios de delegação da exploração de aeródromos civis públicos, sendo: 22 novas outorgas para aeródromos até então sem instrumento de exploração da União; oito novas outorgas para aeródromos recentemente construídos; 12 renovações de outorgas (modernização de Convênios já existentes); seis novas outorgas decorrentes de alteração de explorador aeroportuário (repasse da administração); dois novas outorgas decorrentes de reclassificação de aeródromos (privado para público).

Em relação ao transporte aéreo internacional, promoveu-se a expansão das negociações dos Acordos sobre Serviços Aéreos, em conformidade com o novo marco regulatório nacional para o setor aéreo, visando aumentar a oferta de serviços aéreos aos cidadãos. Esses acordos deram início ao relacionamento aerocomercial do país com Albânia, Burkina Faso e Guatemala. O Brasil negociou também a flexibilização de acordos anteriores com Equador, Peru e Uruguai. Em 8 de novembro de

2012, em Brasília, assinou-se a adesão do Brasil ao Acordo Multilateral de Céus Abertos da Comissão Latino Americana de Aviação Civil (CLAC), durante a XX Assembleia da CLAC, o qual prevê ampla flexibilização das relações aeronáuticas entre os países latino-americanos, com o intuito de promover o aumento da conectividade e a integração da região.

Encaminhou-se proposta de revisão do Decreto nº 5.731, de 20 de março de 2006, que dispõe sobre a instalação, a estrutura organizacional da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e aprova o seu regulamento, além de atender ao cumprimento de aperfeiçoamentos institucionais propostos pelo Tribunal de Contas da União. Adicionalmente, a Medida Provisória nº 551 foi convertida na Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012, e trouxe importantes mudanças para o setor, como a criação da tarifa de conexão, a redução do percentual de incidência do adicional de tarifas aeroportuárias, entre outras medidas relevantes. Publicou-se a Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012, com o fito de desonerar a folha de salários de empresas do setor de Aviação Civil.

Ressalte-se a elaboração da Portaria SAC/PR nº 18, de 23 de janeiro de 2012, que disciplina os requisitos mínimos para a aprovação de projetos de investimento na área de infraestrutura e a forma de acompanhamento e implementação dos projetos.

Acompanhou-se o processo que culminou com a Sanção Presidencial da Lei nº 12.725, de 16 de outubro de 2012, que dispõe sobre o controle da fauna nas imediações de aeródromos.

Publicou-se a Portaria Interministerial nº 24, de 4 de janeiro de 2012, que dispõe sobre a provisão e a remuneração dos serviços de navegação aérea. Em decorrência dessa norma, foram estabelecidos o regime tarifário aplicável às tarifas de navegação aérea (Portaria nº 1.282/GC5, de 13 de dezembro de 2012) e o Plano de Redistribuição dos Serviços de Navegação Aérea (PRESNA), em fase de publicação.

Em 2012 diversas ações de estruturação do ambiente de tecnologia da informação e comunicação foram realizadas no âmbito da ANAC, no sentido de fortalecer a infraestrutura necessária ao Sistema de Aviação Civil, possibilitando maior desempenho, disponibilidade e segurança das operações, destacando-se: a elaboração dos artefatos e execução dos processos de contratação de empresas visando ao suporte, à manutenção da infraestrutura de TI e à evolução dos equipamentos de tipo servidores e de armazenamento de dados de forma a permitir a evolução da utilização dos sistemas. Quanto aos sistemas de informação, melhorias e novas implementações foram realizadas no sentido de automatizar procedimentos e garantir maior acesso as informações seja pelo público interno a Agência, seja dos entes regulados. Essas despesas totalizaram R\$ 16,68 milhões em 2012, demonstradas na Tabela I, na subfunção 126 – Tecnologia da Informação.

Entre janeiro e outubro de 2012, fiscalizaram-se 15.248 itens relativos à segurança operacional, infraestrutura aeroportuária, regulação econômica e aeronavegabilidade, tendo sido liquidados no exercício de 2012 R\$ 16,58 milhões na subfunção 125 – Normatização e Fiscalização, conforme Tabela I. Destaque-se que o previsto para todo o ano são 18.900 itens, o que significa que, considerando-

se uma distribuição uniforme das fiscalizações, o percentual de aderência ao planejamento é de 96,8%.

Por fim, realizou-se estudo das unidades regionais por meio do quantitativo de missões de fiscalização realizadas em todas as partes do País, que provocou o desenvolvimento de um modelo que determinou a distribuição ideal das unidades regionais da ANAC ao longo do território nacional.

Desenvolvimento da Infraestrutura Aeroportuária

Objetivando adequar o segmento da infraestrutura aeroportuária regional à evolução da demanda por transporte aéreo, aprovou-se o Plano de Investimentos do PROFAA de 2012, previstos no Programa Aviação Civil, por meio da Portaria Normativa nº 139/SAC-PR, de 21 de novembro de 2012, que previu investimentos em infraestrutura aeroportuária de interesse regional e estadual na ordem de R\$ 308,4 milhões, sendo R\$ 236,4 milhões destinados a investimentos em construção, reforma e adequação de aeroportos, distribuídos em 20 localidades de 13 Estados da Federação; e R\$ 72,1 milhões destinados à aquisição de 48 Carros Contraincêndio de Aeródromo, distribuídos em 15 Estados do país. Os convênios necessários para a descentralização dos recursos foram celebrados em 2012, correspondendo a uma despesa empenhada de R\$ 216,4 milhões, na subfunção 781 – Transporte Aéreo, porém sem nenhuma liquidação no exercício, estando registrada no Programa 2017 (Aviação Civil - não PAC).

Na esfera das principais realizações previstas no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) incluídas as ações para a Copa das Confederações FIFA 2013 e para a Copa do Mundo FIFA 2014, foram executados pela Infraero R\$ 1.180,19 milhões. Concluíram-se em 2012:

Relativo ao Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão - Antonio Carlos Jobim: Instalação de 3 esteiras transportadoras de bagagens check-in e desembarque no terminal de passageiros; reforma geral em edificações para a instalação de elevadores e conclusão da 1ª Etapa das obras civis, instalações hidrossanitárias e sistema de combate a incêndio nas áreas desprovidas de instalações e acabamentos e em parte da área de operação do Terminal de Passageiros 2.

No Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos, Governador André Franco Montoro: implantação do módulo operacional da remota central; terraplenagem para construção do terminal de passageiros; implantação do terminal remoto (fase 1 e 2); e recuperação da pista 09L/27R (1.000m), saída rápida FF da nova pista 09L/27R e ampliação da seção curta da pista de taxiamento B.

No Aeroporto Internacional de Brasília, Presidente Juscelino Kubitschek, realizaram-se: a reforma do Corpo Central do Terminal de Passageiros; e a implantação do Módulo Operacional 2.

Em outros aeroportos destacam-se: Implantação de Módulos Operacionais dos aeroportos internacionais de Cuiabá – Várzea Grande/MT e Porto Alegre/RS, e nos aeroportos de Viracopos/Campinas, Goiânia e Vitória. Conclusão dos conectores do terminal de passageiros do aeroporto internacional do Recife/Guararapes - Gilberto Freyre. E restauração das pistas de pouso e decolagem e de taxi do Aeroporto Internacional Afonso Pena/Curitiba.

Em 28 de agosto de 2012, foi celebrado com o Comando da Aeronáutica – COMAER o Termo de Cooperação nº 001/2012, que disciplina a descentralização de créditos orçamentários e repasse de recursos, no montante de R\$ 146,5 milhões, para a execução do Plano de Investimentos do COMAER em infraestrutura

aeroportuária de interesse federal com ações de construção, reforma, ampliação e aparelhamento de aeródromos, tendo sido empenhados R\$ 126,3 milhões, registrados no programa Política Nacional de Defesa (não PAC), dos quais foram liquidados R\$ 48,7 milhões na subfunção 781 – Transporte Aéreo.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA / FINANCEIRA RELATIVA À FUNÇÃO TRANSPORTE

R\$ milhões

Função "26" TRANSPORTE		Subfunções	2008	2009	2010	2011	2012	Total	
OFSS	No Exerc.	122 - Administração Geral				307,93	298,52	606,45	
		125 - Normatização e Fiscalização				17,56	16,58	34,14	
		126 - Tecnologia da Informação				17,80	16,68	34,48	
		128 - Formação de Recursos Humanos				1,83	1,19	3,02	
		781 - Transporte Aéreo				8,04	48,67	56,71	
		Demais Subfunções				7,82	7,24	15,07	
	RPNP	122 - Administração Geral				7,37	12,31	19,68	
		125 - Normatização e Fiscalização				0,91	0,27	1,19	
		126 - Tecnologia da Informação				9,62	2,54	12,16	
		128 - Formação de Recursos Humanos				0,46	0,32	0,78	
		781 - Transporte Aéreo				0,00	2,93	2,93	
	TOTAL			0,00	0,00	0,00	379,35	407,26	786,61
	OI	Total subfunções		376,22	421,26	643,62	1.144,75	1.315,17	3.901,02
	TOTAL			376,22	421,26	643,62	1.524,10	1.722,43	4.687,62

Fonte: SIAFI Gerencial de 11.1.2013 e INFRAERO.

OBS.: - O Decreto de 06/03/2012 transferiu, parcialmente, dotações orçamentárias constantes do Orçamento Fiscal da União, do Ministério da Defesa, para a Presidência da República.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS – EXERCÍCIO 2012 – FUNÇÃO TRANSPORTE

R\$ milhões

CÓD	DESCRIÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Inscrição em RP Não-Processados
PROGRAMAS TEMÁTICOS (I)		2.260,21	2.205,20	1.572,57	1.267,24	1.266,95	305,33
2017	Aviação Civil (PAC)	1.731,74	1.403,39	1.128,60	1.128,60	1.128,60	0,00
2017	Aviação Civil (Não PAC)	386,52	526,02	266,07	38,39	38,39	227,68
2058	Política Nacional de Defesa (PAC)	141,96	115,20	51,59	51,59	51,59	0,00
2058	Política Nacional de Defesa (Não PAC)	0,00	160,60	126,32	48,67	48,38	77,65
PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO (II)		441,65	552,07	458,85	436,81	436,64	22,04
OPERAÇÕES ESPECIAIS (III)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS PROGRAMAS (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I) + (II) + (III) + (IV)		2.701,86	2.757,27	2.031,42	1.704,05	1.703,59	327,37

Fonte: SIAFI Gerencial de 11.1.2013 e INFRAERO. Para a INFRAERO para as informações "Despesas Empenhadas" e "Despesas Liquidadas" foram considerados os mesmos valores de "Valores Pagos".

CRESCIMENTO INCLUSIVO

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL

Observa-se aderência da política do setor de aviação civil, latente na redução dos valores reais das tarifas aéreas superior a 50% de 2003 a 2012, o que permite maior acesso da população, além do “Programa de Investimentos em Logística: Aeroportos”, que garante recursos para 270 aeroportos regionais, o que contribuirá para a criação de emprego e a interiorização do desenvolvimento do país, reduzindo tempos e distâncias entre localidades em todo o território nacional.